



## LUTAS E MOVIMENTOS DOS POVOS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO

Elcio Severino da Silva Filho Manchineri<sup>1</sup>

Francisco Batista da Silva Manchineri<sup>2</sup>

Aline Andréia Nicolli<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este texto apresenta o relato de uma experiência desenvolvida no contexto das ações indissociabilidade dos princípios de ensino, pesquisa e extensão do Grupo PET (Programa de Educação Tutorial) Conexões de Saberes: Comunidades Indígenas, da Universidade Federal do Acre (UFAC), programa financiado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento pela Educação). A ação a qual nos referimos caracterizou-se como um curso de extensão que foi desenvolvido ao longo dos meses de novembro, dezembro de 2022 e janeiro de 2023, em 12 encontros. Um dos encontros intitulado “Lutas e Movimentos dos Povos Indígenas no Brasil Contemporâneo” objetivou realizar análises e reflexões acerca das semelhanças e contrastes, existentes entre luta e movimento. Desta ação tivemos alguns desdobramentos que incluíram, inclusive, uma atividade de formação de professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Por isso, a presente problematização se faz considerando contexto educacional. Dessa forma, destacamos que esse processo de organização dos Povos Indígenas, a partir das lutas e dos movimentos, é o responsável por inúmeras conquistas, dentre elas destacam-se àquelas que se efetivaram em âmbito educacional.

**Palavras-chave:** Luta. Movimento. Organização. Educação. Direito. Indígena

### STRUGGLES AND MOVEMENTS OF INDIGENOUS PEOPLES AND EDUCATION

**ABSTRACT:** This paper presents the report of an experience developed in the context of the inseparability of the principles of teaching, research and extension of the PET Group (Tutorial Education Program) Conexões de Saberes: Comunidades Indígenas, of the Federal University of Acre (UFAC), a program funded by the FNDE (National Fund for Development through Education). The action to which we refer was characterized as an extension course that was developed throughout the months of November, December 2022 and January 2023, in 12 meetings. One of the meetings entitled "Struggles and Movements of Indigenous Peoples in Contemporary Brazil" aimed to carry out analyses and reflections on the similarities and contrasts between struggle and movement. From this action we had some developments that included, also, an activity of training of teachers who work in the initial years of the elementary

<sup>1</sup> Petiano voluntário no Grupo Conexões de Saberes: Comunidades Indígenas, Graduando em Ciências Sociais, Universidade Federal do Acre, Ufac, pet.conexind@ufac.br.

<sup>2</sup> Petiano no Grupo Conexões de Saberes: Comunidades Indígenas, Graduando em Ciências Econômicas, Universidade Federal do Acre, Ufac.

<sup>3</sup> Tutora do Grupo PET Conexões de Saberes: Comunidades Indígenas, Doutora em Educação, Centro de Educação, Letras e Artes, Universidade Federal do Acre, Ufac.



school. Therefore, the present problematization is made considering the educational context. Thus, we highlight that this process of organization of Indigenous Peoples, from the struggles and movements, it is responsible for numerous achievements, among which stand out those that have been effected in the educational sphere.

**Keywords:** Struggle. Movement. Organization. Education. Right. Indigenous.

## INTRODUÇÃO

A análise, mesmo que breve, da história do país indica que a introdução da escola entre os povos indígenas foi usada como instrumento de imposição de valores e de negação de identidades, por meio de diferentes processos, como, por exemplo, a catequização e a integração forçada dos índios à “comunhão nacional”. Nos anos recentes, a escola ganhou um novo sentido e se tornou um meio de acesso aos conhecimentos científicos e de valorização de saberes tradicionais. Por isso, como anunciado, anteriormente, este texto apresenta o relato de uma experiência desenvolvida no âmbito das atividades formativas do Grupo PET Conexões de Saberes: Comunidades Indígenas, na Ufac. Trata-se de um trabalho bibliográfico, por meio do qual indicaremos, a seguir, de forma detalhada, a nossa caminhada na abordagem da temática, ou seja, na execução da atividade que objetivou promover reflexões várias acerca da dinâmica das Lutas e dos Movimentos Indígenas, especialmente, em contexto educacional e, mais especificamente, em contexto educacional acreano.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### Lutas e Movimentos dos Povos Indígenas na Educação do Acre

Desde a década de 1990, uma forte demanda social marca as lutas indígenas em prol da educação. No estado do Acre, tais lutas foram assumidas pelos movimentos indigenistas, especialmente pelo movimento de professores indígenas, que na época não era reconhecido juridicamente, mas foi apresentado ao governo estadual. Na pauta, como primeira linha de ação, estava o objetivo de garantir a formação de docentes indígenas. Conforme Silva (2014), nesse momento, em decorrência da mobilização do movimento indígena, institui-se a Coordenação de Educação Escolar Indígena, um setor que se articulava aos demais programas da Coordenação de Ensino da Zona Rural da Secretaria de Estado de Educação, do Acre e que assumiu a tarefa de realizar a articulação entre as entidades formadoras para captar recursos e promover tais cursos.

Além disso, ainda nos anos de 1990, surgiu a necessidade de criar uma instituição de representação política dos professores indígenas do Acre. Logo, em 1997, os professores criaram uma comissão para representar a Comissão de instituição de uma Política de Educação Escolar Indígena junto às entidades de apoio governamentais e, em 2000, foi criada a Organização de Professores Indígenas do Acre (Opiac), com os seguintes objetivos:



**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL:  
OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL**

27 E 28 DE OUTUBRO  
02 03 E 04 DE NOVEMBRO



Promover a Educação Escolar Indígena específica e diferenciada, de acordo com os interesses de cada etnia e divulgar junto às pessoas físicas, jurídicas, públicas, privadas e organizações não-governamentais, nacionais e internacionais; (b) Defender, perante os órgãos públicos, a implementação e melhoria de políticas educacionais e da legislação voltadas para a educação indígena específica e diferenciada; (c) Desenvolver ações com vistas a possibilitar condições adequadas à Educação Escolar Indígena diferenciada nas aldeias; (d) Preservar, registrar e divulgar as formas de manifestação cultural, de conhecimentos e as histórias próprias de cada povo indígena; (e) Representar e defender, judicial e extrajudicialmente os interesses das comunidades e dos professores indígenas associados, quanto às questões relacionadas ao direito à Educação Escolar Indígena específica e diferenciada, bem como às questões culturais dos povos indígenas do Estado Acre (KAXINAWA, 2002, p. 150).

A atuação da Opiac se pautou, desde o início, nos resultados de um processo de avaliação das ações de EEI, conduzido por um grupo de professores indígenas entre 2000 e 2003, com a realização de seminários que garantiam o diálogo permanente entre SEE, Comissão Pró-Índio e Ministério de Educação, bem como com as 22 prefeituras do estado. Assim, um conjunto de medidas legais fez com que as questões que envolviam a EEI passassem a fazer parte do rol de responsabilidades do Estado. No entanto, boa parte dessas ações de formação de professores se desenvolveu no âmbito do Ensino Médio, embora já existissem algumas iniciativas visando uma formação específica em nível superior, pois, nas oficinas realizadas, segundo alguns professores/acadêmicos, o debate girava em torno de políticas públicas de educação, valorização cultural, política linguística e ambiental, além do prenúncio da concepção de um curso superior, no Acre, com a finalidade de fazer formação de professores indígenas.

Dessa forma, acreditamos ser importante registrar que uma boa educação não é feita apenas priorizando-se a construção de escolas, mas também, pelo atendimento do disposto no art. 20 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena que indica o que segue “Formar indígenas para serem professores e gestores das escolas indígenas deve ser uma das prioridades dos sistemas de ensino e de suas instituições formadoras, visando consolidar a Educação Escolar Indígena como um compromisso público do Estado Brasileiro” (BRASIL, 2012, p. 23).

Ainda em se tratando de dispositivos legais, o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014 - 2024, instituído pela Lei nº 13.005, de 2014, definiu diretrizes que devem guiar a educação brasileira neste período e estabeleceu metas a serem cumpridas ao longo de sua vigência. Tais metas, no entanto, em relação à Educação Escolar Indígena, encontram-se atualmente com déficit político, social e legal pois o estabelecido não foi cumprindo, especialmente, se considerarmos que, segundo o MEC, as Escolas Indígenas diferenciadas e de qualidade, deveriam representar, quando implementadas, uma grande novidade no sistema educacional do país e exigindo das instituições e dos órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, para que estas escolas possam ser de fato, incorporadas e beneficiadas no/pelo sistema oficial, quanto para que sejam respeitadas em suas particularidades.

Sabe-se que todos os anos são elaboradas propostas de melhorias para a EEI, mas elas, infelizmente, nunca deixam de ser apenas “propostas”. As implicações dessa situação residem no fato de que a não existência de espaços decentes para a oferta de Educação Básica, de acordo com as especificidades dos estudantes



**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL:  
OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL**

27 E 28 DE OUTUBRO  
02 03 E 04 DE NOVEMBRO



indígenas. É comum entre os atores governamentais o desenvolvimento de ações pautadas nas preocupações sobre como e o que o sistema de ensino irá exigir de todas as escolas, inclusive, das escolas indígenas. Porém muitas vezes, se desconsidera que a condição de “diferenciada” e “específica”, muitas vezes, só pode se efetivar à luz de um ordenamento jurídico político próprio que assegure o cumprimento dos princípios que foram estabelecidos, nacionalmente, para cada modalidade/espço educacional.

Assim sendo, a indiferença, por parte de quem gerencia a Educação Escolar Indígena, nas diferentes esferas estatais, se faz apresentar quando da inobservância de proposições apresentadas solicitando a criação de um sistema próprio de Educação Escolar Indígena. Nesse contexto, destaca-se, por exemplo, que a referida temática foi pautada no documento final da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena – CONEEI, realizada em 2009 e referenciada na II CONEEI, de 2018. Além disso, verificamos que as Diretrizes da Educação Escolar Indígena (2012) comprometem os estados e municípios no oferecimento, acompanhamento e avaliação da Educação Escolar Indígena, que acabam não respeitando/permitindo a participação desses povos na sua organização. Enquanto isso, os procedimentos formativos desenvolvidos tornam-se, muitas vezes, ultrapassados e sem a possibilidade de autonomamente dar voz, ou vez, as experiências escolares nas aldeias deveriam expressar.

Um resgate histórico nos permite afirmar que entre 2011 e julho de 2014, não foram ofertados cursos de formação para professores indígenas no estado do Acre. Foi nesse contexto que, em maio de 2013, uma liderança Ashaninka, escreveu um texto afirmando que a formação de professores indígenas parece que ainda é uma dúvida para os governos, vejamos: “Nós, indígenas, estamos sofrendo muito com esse mau planejamento do estado, que não garante firmar parcerias, nem disponibilizar recursos para a formação de professores indígenas. Vamos para o quarto ano consecutivo sem que os professores indígenas participem de cursos e ativem outros processos de formação, o que sabemos que prejudica, pois, a formação é de fundamental importância para a qualidade da educação em nossas escolas” (BLOG A VOZ DA APIWTXA, 2013). No entanto, o governo estadual continuou, e continua, não envidando os esforços necessários para a superação desse déficit e mostrou/mostra que é extremamente dependente de recursos federais, e ao mesmo tempo, desinteressado em captar recursos por outros meios ou de outras fontes, de forma a assumir a responsabilidade pela formação de professores indígenas.

Os anos passam e o cenário permanece exigindo que outras ações sejam urgentemente desenvolvidas, posto que em 2020 a SEE indicou, por meio de seus representantes que “dos professores indígenas que serão contratados pela SEE, 215 deles têm apenas o ensino médio.” (ACRE, 2020)

Em termos de formação específica de professores indígenas, no Ensino Superior, pode-se assegurar que o cenário não é muito diferente e os encaminhamentos andam lentamente no estado, especialmente, se considerarmos, por exemplo, que a única Universidade Pública do estado contou com a oferta de apenas duas turmas. Uma no âmbito do Curso de Formação Docente Indígena (de 2008.2 a 2014) e outra no âmbito da Licenciatura Indígena (de 2017.2 a 2022). Destas duas turmas tem-se registro de 94 egressos (FERRAZ, 2023).



**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL:  
OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL**

27 E 28 DE OUTUBRO  
02 03 E 04 DE NOVEMBRO



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Algumas considerações decorrentes das análises que fizemos podem ser pontuadas para destacar a dimensão e importância das reivindicações expressas de forma autônomas dos professores indígenas que acabam por fortalecer e ampliar as políticas educacionais e garantir um processo de construção conjunta das ações de estado, por meio da cooperação e do diálogo que devem ser objetivo primário dos órgãos e instituições públicos, quando a intenção envolve o fortalecimento de todos os atores da Educação Escolar Indígena no Estado do Acre.

Ante o exposto, destaca-se a evidente dimensão política da educação indígena e expõe a necessidade de entendermos que a educação que os Povos Indígenas buscam deve ser diferente de todas as receitas ou fórmulas já divulgadas ou usadas, pois a luta se fundamenta na busca pelo apoio e, ao mesmo tempo, na autonomia em relação às instituições públicas, ou mesmo em relação às instituições não governamentais, de forma que possam promover educação no contexto e para o contexto indígena.

Acreditamos ter evidenciado o quanto ainda é longo o caminho que deve ser percorrido para que se efetive realmente um programa de formação de professores indígenas que atenda de forma satisfatória, além das expectativas formativas, a oferta adequada de vagas, a periodicidade e a continuidade das ações e respeite as especificidades pessoais e de atuação profissional dos sujeitos que serão atendidos.

## **REFERÊNCIAS**

ACRE. **Diagnóstico, Diretrizes e Metas da Educação Escolar Indígena no Acre.** Acre, 2009.

ACRE. **Relatório do XI Curso de Formação de Professores Indígenas:** Rio Branco, 2014.

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS PARECE QUE AINDA É UMA DÚVIDA DOS GOVERNOS.** Disponível em: <http://avozdaapiwtxa.blogspot.com.br>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.** Brasília, 1996.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE. **Notas Técnicas sobre a Educação Escolar Indígena.** Acre: CPI.